



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000499-93.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Civil Pública - Pessoa Idosa**
 Requerente: **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**
 Requerido: **NÚCLEO OS GUARDIÕES DO AMOR - ABRIGO DE IDOSOS CANTINHO DE LUZ e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Cuidam estes autos de ação civil pública movida pelo **Ministério Público do Estado de São Paulo** contra o **Núcleo dos Guardiões de Amor – Abrigo de Idosos Cantinho de Luz**, e **Município de São Carlos**, tendo por objeto a condenação da primeira entidade em obrigações de fazer voltadas à sua regularização e, no caso do não cumprimento dessas obrigações, a interdição do estabelecimento, com a condenação dos réus, nesse último caso, na obrigação de realocarem os idosos internados, de forma imediata, transferindo-os para outros abrigos regularizados, ou a reinserção familiar dos mesmos; nessa última hipótese, pede-se a imposição à municipalidade da obrigação de informar ao juízo, em relatório circunstanciado, no prazo máximo de 20 dias úteis, o destino dado a cada um dos idosos individualmente, sob pena de multa no valor de R\$ 10.000,00, por dia de atraso e por idoso não realocado ou reinserido em sua família.

Liminar concedida determinando-se ao abrigo que adotasse medidas necessárias para a correção das irregularidades mencionadas na inicial, pp. 225/228.

Contestação do abrigo, pp. 243/261.

Contestação do município, pp. 215/220 e 333/334.

Infrutífera a composição civil, pp. 386.

O abrigo informou e demonstrou a impossibilidade financeira de continuar suas atividades, com decisão assemblear de encerramento, pp. 489/490.

Manifestação do Ministério Público às pp. 562/563.

O Município e o abrigo entraram em consenso quanto a garantia de continuidade de tratamento aos idosos até 20.01.2017, conforme pp. 566/567, 570, homologado o acordo às pp. 573.

Petição do abrigo às pp. 610/612.

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC-15, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas, valendo lembrar que, "presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder" (STJ, REsp 2.832-RJ, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, j. 04/12/91).

Não cabe a simples intimação requerida às pp. 610/612 pelo abrigo vez que o acordo de pp. 566/567 não é explícito quanto à obrigação municipal.

O pedido de condenação do abrigo na obrigação de fazer consistente em regularizar sua situação jurídica resta prejudicado, ante a deliberação assemblear pelo encerramento de suas atividades e, ademais, a inequívoca impossibilidade fática e financeira de o abrigo promover as mudanças necessárias para a sua regularização, como ficou comprovado ao longo do trâmite da presente demanda.

Prejudicado, ainda, o pedido de interdição do estabelecimento, vez que esta



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

corresponde a uma paralisação compulsória das atividades, desnecessária no caso vez que há a voluntária intenção, do obrigado, de paralisá-las.

Todavia, enquanto os idosos não sejam realocados ou, conforme o caso, reinseridos no ambiente familiar, subsiste a obrigação legal da entidade e pessoal do dirigente da instituição, nos termos do art. 56, parágrafo único (aplicável analogicamente ao caso, vez que o encerramento voluntário está verdadeiramente fazendo as vezes de interdição), do art. 49, parágrafo único, e dos arts. 98 e 99 do Estatuto do Idoso, sob as penas da lei. Reporto-me à manifestação ministerial de pp. 562/563, a esse respeito.

Isto porque, como é evidente, não pode ser admitido o simples fechamento da entidade, sem que esta mantenha suas responsabilidades até a transferência efetiva e segura de cada um dos idosos.

O abrigo será condenado nessa obrigação de fazer, que está evidentemente incluída nas obrigações explicitamente mencionadas na inicial (faz parte do pedido), já que constitui um simples dever antecedente à interdição.

Com o encerramento voluntário e necessário das atividades do abrigo, deverá o Município de São Carlos, com urgência, providenciar, com a cooperação instrumental necessária do abrigo, a realocação dos idosos internados, transferindo-os para outros abrigos regularizados, ou a reinserção familiar dos mesmos.

Trata-se de providência urgente e que deve ser imposta em tutela antecipada, pois os idosos estão em situação de risco, ante a possibilidade de serem mantidos no abrigo sem qualquer condição de prosseguimento das atividades.

Inequívoca, no mais, a responsabilidade do Município pela realocação dos idosos.

A obrigação da municipalidade é reconhecida em sua manifestação de pp. 215/220, na qual menciona que "obviamente, no caso extremo da interdição do local, competirá ao Município, na forma da lei, amparar os internados se outra solução não houver, por imperativo legal".

Segundo o art. 23, II da Constituição Federal, é de competência comum entre o Município, o Estado e a União "cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência".

Como bem exposto pelo Ministério Público na inicial, executar a política de Assistência Social é a principal competência do gestor municipal, no âmbito dessas competências comuns, e, no que diz com os idosos abrigados, trata-se de atribuição inclusive reconhecida ao longo do tempo, vez que inúmeros idosos são encaminhados aos abrigos – entre os quais este, que é corréu na ação – por iniciativa e com encargo financeiro correspondente, da prefeitura municipal, que inadimpliu vários pagamentos.

Realmente, como expõe a lei, constitui obrigação do Poder Público assegurar ao idoso a "efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito à convivência familiar e comunitária" (art. 3º, caput, Estatuto do Idoso).

O art. 9º do mesmo diploma estabelece, ainda, que "é obrigação do Estado garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade".

Ante o exposto, **julgo parcialmente extinto o processo, sem resolução do mérito**, pela perda superveniente do interesse processual, e, no mais, **julgo procedente a ação** para (a) **CONDENAR** o Município de São Carlos na obrigação de fazer consistente em realocar os idosos internados, **no prazo de 10 dias úteis**, transferindo-os para outros abrigos regularizados ou, se o caso, reinserindo-os no ambiente familiar, admissível esta última providência somente se e adequada aos interesses e direitos do idoso, sob pena de multa de R\$ 10.000,00 por dia de atraso e por idoso, **CONDENANDO** o Núcleo dos Guardiães do Amor na obrigação de fazer consistente



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

em cooperar com a Municipalidade no cumprimento dessa obrigação, no que diz respeito a providências instrumentais necessárias e nas medidas de suas possibilidades **(b) CONDENAR** o Município de São Carlos a, no prazo de 20 dias úteis, apresentar em juízo relatório circunstanciado com a identificação do destino dado a cada um dos idosos individualmente **(c) CONDENAR** o Núcleo dos Guardiães de Amor na obrigação de fazer consistente em em manter os idosos sob seu atendimento enquanto não sejam realocados ou, conforme o caso, reinseridos no ambiente familiar, sob pena de multa diária de R\$ 5.000,00, sem prejuízo da responsabilidade pessoal do dirigente da instituição.

Tendo em vista a presença dos requisitos do art. 300 do CPC, **ANTECIPO A TUTELA** em sentença para afastar o efeito suspensivo de eventual recurso interposto contra a presente, de modo que as condenações acima produzem efeito imediato.

Intimem-se pessoalmente o Município de São Carlos e Núcleo dos Guardiães do Amor, para os fins da Súm. 410 do STJ.

P.I.

São Carlos, 24 de janeiro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**